SUMÁRIO

1. Introdução **21**

2. Teoria Geral dos Recursos **39**

2.1. Conceito e natureza jurídica 39

2.2. Sistema dos meios de impugnação das decisões judiciais 42

2.3. Classificação dos recursos 46

2.4. Princípios 50

2.4.1. Princípio do duplo grau de jurisdição 50

2.4.2. Princípio da unirrecorribilidade, unicidade ou singularidade 57

2.4.3. Princípio da taxatividade 61

2.4.4. Princípio da fungibilidade 64

2.4.5. Princípio da voluntariedade 68

2.4.6. Princípio da vedação à *reformatio in pejus* 69

2.4.7. Princípio da primazia do julgamento de mérito 73

2.4.8. Princípio da dialeticidade 75

2.4.9. Princípio da colegialidade 78

2.5. Juízo de admissibilidade recursal 82

2.5.1. Cabimento 85

2.5.2. Legitimidade 86

2.5.2.1. Legitimidade das partes e do *amicus curiae* 86

2.5.2.2. Legitimidade do juiz e de auxiliares da justiça 88

2.5.2.3. Legitimidade de terceiros 89

2.5.2.4. Legitimidade do Ministério Público. 94

2.5.3. Interesse recursal 95

2.5.4. Pressupostos negativos: inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer 101

2.5.4.1. Renúncia 102

2.5.4.2. Aquiescência à decisão 105

2.5.4.3. Desistência do recurso 106

2.5.5. Regularidade formal 108
2.5.6. Tempestividade 110
2.5.7. Preparo 116
2.5.8. Natureza do juízo de admissibilidade 120
2.6. Efeitos dos recursos 122
2.6.1. Efeito devolutivo 123
2.6.1.1. Inovação fática e probatória em grau recursal 127
2.6.1.2. Teoria da causa madura 129
2.6.1.3. Efeito translativo 133
2.6.2. Efeito suspensivo 136
2.6.3. Efeito obstativo 144
2.6.4. Extensão subjetiva de efeitos 145
2.6.5. Efeito substitutivo 146
2.6.6. Efeito de retratação 147
2.7. Recurso adesivo 148
2.8. Remessa necessária 154
2.8.1. Generalidades 154
2.8.2. Conceito e natureza jurídica 157
2.8.3. Hipóteses de cabimento 158
2.8.4. Procedimento 161
2.8.5. Efeitos 163

3. Do procedimento perante o tribunal 165
3.1. Do protocolo, do registro e da distribuição 166
3.2. Das funções do relator 172
3.2.1. Atos praticados prioritariamente por decisão unipessoal do relator 172
3.2.2. Incumbências do relator compartilhadas com o órgão colegiado 177
3.3. Procedimento 180
3.3.1. Sustentação oral 184
3.3.2. Técnica de ampliação da turma julgadora em caso de decisões não unânimes 188
3.4. Honorários de sucumbência recursal 193

4. Recursos em espécie 201
4.1. Apelação 201
4.1.1. Conceito 201
4.1.2. Cabimento 202
4.1.3. Demais requisitos de admissibilidade 211

4.1.4. Procedimento 212
4.1.5. Efeitos 214
4.2. Agravo de instrumento 216
4.2.1. Conceito 216
4.2.2. Cabimento 220
4.2.2.1. Decisão sobre tutela provisória 221
4.2.2.2. Decisão de mérito 222
4.2.2.3. Decisão que rejeita alegação de convenção de arbitragem 224
4.2.2.4. Decisão que versa sobre incidente de desconsideração da personalidade jurídica 225
4.2.2.5. Decisão que rejeita pedido de gratuidade de justiça ou acolhe pedido de sua revogação 226
4.2.2.6. Decisão que versa sobre exibição ou posse de documento ou coisa 228
4.2.2.7. Decisão que versa sobre exclusão de litisconsorte 229
4.2.2.8. Decisão de rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio 230
4.2.2.9. Decisão de admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros 231
4.2.2.10. Decisão de concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução 232
4.2.2.11. Decisão sobre redistribuição do ônus da prova 233
4.2.2.12. Outras hipóteses de cabimento previstas em lei 235
4.2.2.13. Cabimento do agravo de instrumento pela incompatibilidade procedimental da impugnação em apelação 238
4.2.2.14. A questão da preclusão 239
4.2.2.15. O julgamento antecipado parcial de mérito e as decisões interlocutórias anteriores não agraváveis 243
4.2.3. Demais requisitos de admissibilidade 245
4.2.3.1. Regularidade formal: a formação do instrumento 245
4.2.3.2. A comunicação da interposição do agravo de instrumento perante o juízo de primeira instância 248
4.2.3.3. Tempestividade e preparo 250
4.2.4. Procedimento 252
4.2.5. Efeitos 255
4.3. Embargos de declaração 257
4.3.1. Conceito 257

4.3.2. Cabimento 258
4.3.2.1. Erro material 259
4.3.2.2. Obscuridade 260
4.3.2.3. Contradição 261
4.3.2.4. Omissão 262
4.3.2.4.1. Decisão motivada sobre pedidos e requerimentos 263
4.3.2.4.2. Valoração da prova 266
4.3.2.4.3. Exame das questões apreciáveis de ofício 267
4.3.2.4.4. Exame para fins de prequestionamento 268
4.3.3. Demais requisitos de admissibilidade 269
4.3.4. Procedimento 269
4.3.5. Efeitos 272
4.3.5.1. Efeito devolutivo 272
4.3.5.2. Efeito suspensivo 273
4.3.5.3. Efeito interruptivo 274
4.3.5.4. Efeito modificativo 277
4.3.6. Natureza da decisão que julga os embargos de declaração 279
4.3.7. Embargos de declaração protelatórios 280
4.4. Agravo Interno 283
4.4.1. Cabimento 284
4.4.2. Demais requisitos de admissibilidade 287
4.4.3. Procedimento 288
4.4.3.1. Imposição de multa 292
4.4.3.2. Fungibilidade entre embargos de declaração e agravo interno 293
4.4.4. Efeitos 294
4.5. Recurso Ordinário 294
4.5.1. Cabimento 295
4.5.2. Demais requisitos de admissibilidade 298
4.5.3. Procedimento 299
4.5.4. Efeitos 300
4.6. Recurso Extraordinário e Recurso Especial 301
4.6.1. Conceito 301
4.6.2. Requisitos de admissibilidade dos recursos extraordinário e especial 303
4.6.2.1. O conceito de causa 304
4.6.2.2. Questões de fato e de direito: limitação cognitiva nos recursos extraordinários 305

4.6.2.3. Recursos extraordinários e interpretação contratual 311
4.6.2.4. "Causas decididas": o prequestionamento 313
4.6.2.5. Exaurimento das instâncias ordinárias 318
4.6.2.6. Demais requisitos comuns de admissibilidade 320
4.6.3. Efeitos dos recursos extraordinário e especial 321
4.6.3.1. Efeito Suspensivo 321
4.6.3.2. Efeito Devolutivo 322
4.6.4. Requisitos específicos de admissibilidade do Recurso Especial 324
4.6.4.1. Cabimento do Recurso Especial 325
4.6.4.1.1. Alínea *a*: "contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência" 325
4.6.4.1.2. Alínea *b*: "julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal" 327
4.6.4.1.3. Alínea *c*: "dar a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal" 328
4.6.4.2. Decisões emanadas de tribunais 331
4.6.4.3. A relevância da questão de direito 334
4.6.5. Requisitos específicos de admissibilidade do Recurso Extraordinário 337
4.6.5.1. Cabimento do Recurso Extraordinário 338
4.6.5.1.1. Alínea *a*: "contrariar dispositivo desta Constituição" 338
4.6.5.1.2. Alínea *b*: "declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal" 339
4.6.5.1.3. Alínea *c*: "julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição" . 341
4.6.5.1.4. Alínea *d*: "julgar válida lei local contestada em face de lei federal" 342
4.6.5.2. Repercussão Geral 342
4.6.6. Procedimento 350
4.6.6.1. Interposição simultânea dos recursos especial e extraordinário 352
4.6.6.2. Recursos especial e extraordinário e o princípio da fungibilidade 353
4.6.7. Exame da admissibilidade dos recursos especial e extraordinário pelo tribunal local e formas de impugnação 356

4.6.7.1. Possíveis decisões do presidente ou vice-presidente do tribunal quando do recebimento do recurso: art. 1.030 do CPC 357
4.6.7.2. Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário 358
4.6.7.3. Agravo interno 362
4.6.7.4. Requerimento de processamento de recurso sobrestado 365
4.6.8. Julgamento de recursos especial e extraordinário repetitivos 365
4.6.8.1. Afetação e suspensão 368
4.6.8.2. Participação dos interessados: contraditório mínimo para legitimidade da aplicação da decisão 370
4.6.8.3. Julgamento e eficácia da decisão 374
4.7. Embargos de divergência 379
4.7.1. Cabimento 381
4.7.2. Demais requisitos de admissibilidade 385
4.7.3. Procedimento 386
4.7.4. Efeitos 388
4.7.4.1. Efeito devolutivo e eficácia ultra partes 388
4.7.4.2. Efeito suspensivo 390
4.7.4.3. Efeito interruptivo 390

5. Ação Rescisória 393
5.1. Conceito 393
5.2. Natureza jurídica da ação rescisória 396
5.3. Objeto da ação rescisória 397
5.3.1. Ação rescisória contra decisão que fixa honorários de sucumbência 402
5.3.2. Ação rescisória contra decisão de liquidação de sentença 404
5.3.3. Ação rescisória contra decisão que resolve incidente 405
5.3.4. Ação rescisória contra decisão homologatória de ato dispositivo 406
5.3.5. *Querela nullitatis* 409
5.4. Legitimidade 411
5.5. Competência 414
5.6. Hipóteses de cabimento 418
5.6.1. Ação rescisória pela prática de crime pelo juiz 419
5.6.2. Ação rescisória por impedimento do juiz 421
5.6.3. Ação rescisória por incompetência absoluta 422

5.6.4. Ação rescisória por dolo ou coação 424
5.6.5. Ação rescisória por simulação ou colusão das partes..... 426
5.6.6. Ação rescisória por ofensa a coisa julgada..... 427
5.6.7. Ação rescisória por manifesta violação a norma jurídica 429
5.6.8. Ação rescisória por utilização de prova falsa..... 434
5.6.9. Ação rescisória com base em prova nova..... 435
5.6.10. Ação rescisória por erro de fato 439
5.6.11. Rescindibilidade sem rescisória e outras hipóteses de cabimento da ação rescisória 441
5.7. Prazo 443
5.8. Demais requisitos de admissibilidade 448
5.9. Procedimento (provas, reconvenção, carta de ordem, tutela provisória) 451
5.10. Julgamento da ação rescisória 453
5.11. Recursos..... 455
5.12. Execução..... 456

Referências bibliográficas..... 459